

CONFLITO E CONFRONTO NA UNIVERSIDADE: O QUE UMA OCUPAÇÃO ESTUDANTIL NOS REVELA?

CONFLICT AND CONFRONTATION AT THE UNIVERSITY: WHAT DOES A STUDENT OCCUPATION REVEAL?

CONFLICTO Y CONFRONTACIÓN EN LA UNIVERSIDAD: ¿QUÉ REVELA UNA OCUPACIÓN ESTUDIANTIL?

*Kelly Cristina Brandão da Silva**

*Beatriz Almeida Gabardo Traldi***

RESUMO

Em outubro de 2023, na Unicamp, durante uma paralisação estudantil, o ato violento de um docente altera a conjuntura da universidade e transforma o conflito em confronto, sem mediação da palavra. A paralisação se torna uma greve com o uso da tática de ocupação de um prédio da instituição. A partir de uma perspectiva psicanalítica, em interlocução com autores do campo das ciências sociais, este artigo objetiva analisar alguns elementos presentes na ocupação estudantil, considerando a relevância da transmissão no campo da educação e o papel das lutas rotuladas de identitárias por um bem comum na universidade. Foi utilizado o recurso da netnografia a partir da análise de um perfil, no Instagram, criado pelos estudantes, especificamente com o propósito de divulgar o cotidiano da ocupação durante a greve. São discutidos o protagonismo estudantil, as políticas de ações de afirmativas e os desafios para a sustentação do bem comum.

Palavras-chave: universidade; ocupação estudantil; psicanálise; transmissão.

ABSTRACT

In October 2023, during a student strike at UNICAMP, a professor's violent act altered the university's dynamics, transforming conflict into confrontation, bypassing dialogue as mediation. The strike escalated into an occupation of an institutional building. From a psychoanalytic perspective, in dialogue with scholars from the social sciences, this article aims to analyze key elements of the student

*Psicanalista e psicóloga. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade São Paulo (FEUSP). Professora da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

**Psicanalista e psicóloga. Mestra em Ciências da Saúde pela Faculdade de Enfermagem (FEnf) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutoranda no programa pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas (FCM/UNICAMP).

occupation, considering the significance of transmission in the field of education and the role of struggles often labeled as “identity-based” in pursuit of the common good within the university. Netnography was employed as a methodological approach, analyzing an Instagram profile created by students specifically to document and publicize the daily life of the occupation during the strike. The discussion addresses student protagonism, affirmative action policies, and the challenges of sustaining the common good.

Keywords: university; student occupation; psychoanalysis; transmission

RESUMEN

En octubre de 2023, durante una huelga estudiantil en la UNICAMP, el acto violento de un docente alteró la dinámica de la universidad, transformando el conflicto en confrontación, sin mediar la palabra. La huelga se convirtió en una ocupación de un edificio institucional. Desde una perspectiva psicoanalítica, en diálogo con autores de las ciencias sociales, este artículo tiene como objetivo analizar algunos elementos presentes en la ocupación estudiantil, considerando la relevancia de la transmisión en el ámbito de la educación y el papel de las luchas etiquetadas como “identitarias”, por un bien común dentro de la universidad. Se utilizó la netnografía, mediante el análisis de un perfil en Instagram creado por los estudiantes, específicamente para difundir la vida cotidiana de la ocupación durante la huelga. Se discuten el protagonismo estudiantil, las políticas de acciones afirmativas y los desafíos para sostener el bien común.

Palabras clave: universidad; ocupación estudiantil; psicoanálisis; transmisión

1 INTRODUÇÃO

Em outubro de 2023, os estudantes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) decidem, em assembleia, fazer uma paralisação em apoio aos funcionários que estavam em greve contra a instalação do ponto eletrônico e também à greve unificada dos trabalhadores do metrô, da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), além da greve estudiantil na Universidade de São Paulo (USP).

No dia da paralisação, aconteceu um fato que mudou a conjuntura da universidade: no início da manhã, um docente contrário à manifestação, durante a interrupção de uma aula, ameaçou três estudantes com um spray de pimenta e apontou uma faca para o único estudante negro entre eles, que era o diretor do Diretório Central dos Estudantes - DCE. Inicialmente era um conflito próprio do mal-estar que sempre nos ronda, mas o ato violento do docente, um homem branco do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (IMECC), sem mediação da palavra, transforma o conflito em confronto. Após o ato violento, houve muita repercussão, visto que a cena foi gravada por câmeras de celular e as imagens foram amplamente divulgadas nas redes sociais e na mídia. A partir daquele momento, o caráter da paralisação mudou: centenas de estudantes aprovaram uma greve geral e a ocupação das áreas comuns do IMECC.

No ato de ocupação, os estudantes entregaram à reitoria uma pauta detalhada de reivindicações, reunidas em 11 eixos:

- 1) Cotas Trans Já!
- 2) Fora Leão²⁰ e todos os racistas!
- 3) Paviartes²¹ Já!
- 4) Cotas PCDs [pessoas com deficiência] e acessibilidade já!
- 5) Contra o Percurso Formativo Indígena²² e por permanência indígena!
- 6) Por condições de permanência digna
- 7) Em defesa da universidade pública
- 8) Nenhuma punição aos estudantes que lutam!
- 9) Pelo combate de violência sexual e de gênero
- 10) Contra o ponto eletrônico e a precarização
- 11) Pela contratação de professores e funcionários.

A ocupação estudantil do prédio do IMECC foi repudiada pela reitoria da Unicamp e pela Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp). Ao todo, foram 17 dias de ocupação, com mais de 200 estudantes dormindo, alimentando-se e realizando inúmeras atividades sob o mote “Transicionar,

²⁰ Referência ao sobrenome do docente agressor.

²¹ Pavilhão inacabado há muitos anos no Instituto de Artes.

²² Percurso Formativo Indígena (PFI), de caráter obrigatório, com duração de dois semestres, para os alunos ingressantes pelo vestibular indígena, é constituído de disciplinas comuns para todos os alunos indígenas (Unicamp, 2022).

aldear, aquilombar e cuidar”.

Em “O mal-estar na cultura” (1930/2020), Freud aponta algumas consequências da organização em comunidade que caracteriza o antagonismo entre as exigências pulsionais e as restrições da civilização. A vida humana em comunidade torna-se possível quando se instaura o poder estabelecido como um direito, em contrapartida ao poder individual. Essa substituição do poder do indivíduo pelo poder da comunidade funda o passo decisivo da civilização. Os próprios membros restringem suas possibilidades de satisfação pulsional e de busca pela felicidade por uma parcela de segurança e proteção.

A partir da obra freudiana, podemos afirmar que o conflito é estrutural e estruturante. Voltolini (2021), ao orientar-se a partir das ideias de Gomez (2005), indica que uma boa instituição inclusiva é aquela que “não confunda paz com silêncio, conflito com confronto e não busque suprimir de seu horizonte todo e qualquer conflito: *o conflito deve ser sua política*” (Voltolini, 2021, p. 143, grifos nossos). Uma universidade pública que se pretenda inclusiva não pode almejar aniquilar os conflitos. Em tempos de ações afirmativas, que, muito tardiamente, sobretudo na Unicamp, tornaram as instituições de ensino superior mais diversas, ao romperem parcialmente com o elitismo que caracterizou a histórica experiência acadêmica brasileira, novos atores sociais entram em cena, em especial os estudantes pretos, pardos, indígenas, trans e com deficiência, os quais problematizam os inúmeros processos de violência e exclusão e nos possibilitam repensar os dispositivos de sustentação do bem comum.

Silva (2020, p. 353), a partir de uma interlocução entre psicanálise e educação, alerta acerca da “tensão estrutural relativa ao enigmático (des) encontro entre o novo e o instituído” no campo educativo, o que não nos exime do árduo trabalho de lidar continuamente com o mal-estar. Não devemos recuar nem “cair na tentação saudosista, a qual poderia efetivar uma fracassada busca restaurativa de um (suposto) passado livre de conflitos” (2020, p. 353).

A partir de uma perspectiva psicanalítica, em interlocução com autores do campo das ciências sociais, este artigo objetiva analisar alguns elementos presentes na ocupação estudantil que aconteceu na Unicamp, em 2023, considerando a relevância da transmissão no campo da educação e o papel das lutas rotuladas de identitárias por um bem comum na universidade. As discussões aqui apresentadas fazem parte dos resultados parciais de uma pesquisa em andamento, com o apoio de duas agências

de fomento²³.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Este artigo incorpora a netnografia ou etnografia virtual como uma metodologia de pesquisa específica no campo da análise documental. No contexto da abordagem qualitativa, a análise documental requer um processo criterioso de seleção, coleta, interpretação e análise dos dados, com atenção especial à interpretação das informações em seu contexto original (Lima Junior, Oliveira, Santos & Schnekenberg, 2021). A netnografia se configura como uma abordagem contemporânea e inovadora, que adapta os métodos etnográficos tradicionais para o estudo de fenômenos culturais no ambiente digital. Segundo Soares e Stengel (2021), esse recurso metodológico envolve uma série de etapas: delimitação clara da questão de pesquisa; definição do espaço virtual a ser investigado; aproximação do campo de estudo por meio da observação, que pode ser participante ou não; coleta de dados; análise e interpretação dos dados coletados; e, por fim, elaboração e apresentação dos resultados, integrando-os ao referencial teórico adotado.

No presente estudo, optou-se pela realização da coleta de dados por meio da observação não participante na plataforma da rede social Instagram. De acordo com Marietto e Silva (2018), a observação não participante, que atualmente faz uso da tecnologia da informação como principal ferramenta de coleta, envolve o uso de dispositivos como notebooks, celulares e outros recursos para o acompanhamento de interações em sites e redes sociais. Essa abordagem permite que o pesquisador observe fenômenos sociais que estão distantes no tempo, no espaço ou geograficamente, viabilizando-se o estudo de dinâmicas que, de outro modo, seriam de difícil acesso. Além disso, oferece a vantagem de possibilitar a revisão contínua do material coletado, o que favorece a identificação de detalhes e nuances dos dados que podem não ser inicialmente percebidos, contribuindo para uma análise mais aprofundada e precisa dos fenômenos investigados.

Considerando o objetivo deste estudo, o perfil escolhido para análise foi a Ocupação IMECC (2025), “@ocupacaoimecc” no Instagram, com 1.383 seguidores, criado pelos estudantes da Unicamp, especificamente com o propósito de divulgar o cotidiano da ocupação estudantil durante a greve. Foram publicadas 46 postagens no período entre 7 de outubro e 7 de novembro de 2023. A partir do material coletado na pesquisa netnográfica,

²³Auxílio à pesquisa Regular FAPESP, processo 2023/17975-6 e Auxílio Faepex/Unicamp, nº 2433/23.

em uma abordagem psicanalítica, em interlocução com alguns autores das ciências sociais, foram elencados dois eixos de análise, quais sejam: (1) Ocupação: traços de uma transmissão; e (2) Do desamparo às lutas rotuladas de identitárias: por um bem comum.

3 OCUPAÇÃO: TRAÇOS DE UMA TRANSMISSÃO

A partir das significativas transformações ocorridas no ensino superior brasileiro, especialmente nas universidades federais, desde a implementação da Lei de Cotas, em 2012, observa-se que a adoção de políticas de ações afirmativas na Unicamp, uma universidade estadual, localizada na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é muito recente (Núcleo de Consciência Negra, 2023). A primeira turma de cotistas ingressou apenas em 2019, o que foi fundamental para ampliar a inclusão de estudantes pretos, pardos e indígenas nos diversos cursos de graduação da universidade. Em termos de ingresso de estudantes negros (pretos e pardos), a proporção ultrapassou 30%, atingindo 35,5% em 2019 e se aproximando da representatividade desses grupos na população do Estado de São Paulo. No que se refere aos ingressantes indígenas, antes de 2019, entre os anos de 2003 e 2018, a média anual na Unicamp era de apenas 0,3% do total de alunos. Entretanto, com a criação do Vestibular Indígena, esse percentual aumentou para 2,0% em 2019, alcançando 3,45% do total de alunos em 2023 (Comvest, 2018; Isidoro & Dantas, 2020).

Além disso, observou-se uma mudança substancial no perfil socioeconômico dos estudantes, particularmente em relação à renda familiar. Em 2000, apenas 1,9% dos ingressantes provinham de famílias com renda familiar de 1 a 3 salários mínimos, enquanto 43% pertenciam a famílias com renda superior a 20 salários mínimos. A partir das transformações nos processos seletivos, os dados de 2023 indicam que 26,5% possuem uma renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto 7,6% vêm de famílias com renda superior a 20 salários mínimos (Maia; Almeida & Freitas Neto, 2022; Unicamp, 2024).

É relevante assinalar que, apesar de tardia, a adoção de cotas étnico-raciais na Unicamp somente se concretizou após muita mobilização de coletivos, de movimentos sociais e após uma greve estudantil em 2016 (Núcleo de Consciência Negra, 2023). Como bem salienta Voltolini (2021, p. 72), “só a dimensão política, que é aquela que introduz o conflito e a pluralidade, pode promover um deslocamento do social”.

Em 2023, a greve discente, sobretudo com o uso da tática da ocupação,

resultou em uma série de avanços significativos na Unicamp. Além da exoneração do professor responsável pela agressão, os estudantes conquistaram a ampliação de benefícios institucionais, como a abertura do restaurante universitário aos finais de semana, uma demanda importante, visto que o perfil de alunos com renda familiar até três salários mínimos aumentou consideravelmente. Ademais, foram estabelecidas novas políticas de ações afirmativas, como a implementação de cotas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação, a criação de um novo percurso formativo voltado para alunos indígenas e a formação de um grupo de trabalho com a finalidade de estudar a implementação de cotas para pessoas trans.

Ainda como resultado da greve estudantil, em 24 de setembro de 2024, em um marco histórico, o Conselho Universitário (Consu) da Unicamp aprovou, por unanimidade, a adoção de reserva de vagas para estudantes com deficiência em todos os cursos de graduação. Segundo Nunes (2024), a medida prevê a reserva de uma ou duas vagas por curso ou 5% das vagas totais, caso haja a oferta de vagas adicionais. Essas vagas serão destinadas a estudantes com deficiência a partir do processo seletivo de 2025. No dia seguinte, 25 de setembro de 2024, ocorreu a primeira audiência para discutir a reserva de vagas para o ingresso de estudantes trans. De acordo com Seta (2024), destacou-se, nesse contexto, o trabalho realizado pelo Núcleo de Consciência Trans (NCT), instituído em maio de 2023, que tem acompanhado a implementação dessa política em outras instituições de ensino superior. Em 23 de novembro de 2024, o NCT divulgou a conclusão da minuta que propõe a implementação de uma política de ações afirmativas voltada para o ingresso de estudantes trans, travestis e não binários na Unicamp.

A partir da análise das postagens dos estudantes no Instagram, durante o período da ocupação, é interessante assinalar que o movimento dispensava a verticalidade de líderes e experimentava formas de autogestão, semelhante ao que ocorreu em 2015 e 2016, nas ocupações de escolas por estudantes do Ensino Médio, em diversas regiões do Brasil. Inicialmente deflagradas em razão do fechamento e da reorganização de escolas na gestão Alckmin, em São Paulo, os secundaristas ocuparam mais de 200 escolas públicas estaduais. Esse movimento estudantil vitorioso forçou o governador a recuar, suspendendo a chamada reorganização escolar e derrubando o secretário de Educação, e inspirou estudantes de todo o país, que ocuparam mais de mil instituições ao longo de 2016 (Catini; Mello, 2016).

A ocupação se caracteriza como uma forma singular de mobilização social na qual pessoas se dispõem a viver coletivamente em um determinado espaço e por tempo indefinido. Esse processo demanda uma organização contínua e diária, a fim de atender a necessidades essenciais, como infraestrutura, alimentação, higiene, atividades, entre outras. A manutenção da ocupação depende da capacidade do coletivo em administrar esses aspectos, com o intuito de garantir a permanência e, conseqüentemente, alcançar os objetivos propostos. Nesse contexto, a ocupação desafia e rompe com a lógica do individualismo que precede esse tipo de ação, subvertendo as relações estabelecidas entre os participantes. De fato, muitas interações entre os ocupantes se iniciam exclusivamente no contexto da ocupação, o que evidencia a transformação das dinâmicas sociais e a criação de novos laços. Como bem analisam as psicanalistas Coutinho e Andrade (2017), os laços fraternos implicam o reconhecimento do desamparo e das diferenças de cada um, ao apostar na construção coletiva de caminhos comuns.

Desde o início da greve dos secundaristas em São Paulo, em 2015, os cientistas sociais Antônia Malta Campos, Jonas Medeiros e Márcio Ribeiro realizaram uma série de entrevistas com diversos estudantes e fizeram visitas a várias escolas ocupadas. O produto dessa pesquisa culminou na publicação do livro “Escolas de Luta”, pela editora Veneta. Na última página do livro, os autores se indagam sobre as possibilidades de transmissão: “há o desafio da *transmissão da memória* das experiências passadas de luta para as gerações mais novas” (Campos, Medeiros & Ribeiro, 2016, p. 331, grifos dos autores). Mesmo sem a menção explícita a esse acontecimento, podemos apontar inúmeras semelhanças em relação às táticas utilizadas pelos secundaristas e pelos estudantes da Unicamp durante a ocupação. Diante disso, é possível afirmar que houve uma transmissão. Como já antecipava Ortellado (2016, p. 13), “milhares de estudantes-ativistas forjados nas ocupações e protestos já carregam sua experiência de ação autônoma e horizontal para as universidades e para os locais de trabalho. Muitos frutos tardios ainda estão por vir”.

Neste presente artigo, a partir da tradição psicanalítica, transmissão ganha um contorno muito peculiar, visto que entra em cena o laborioso trabalho de apropriação. Alinhada a essa perspectiva, Silva (2016, p. 112-113) aponta que a “escolha pelo termo ‘transmissão’ sublinha que alguma coisa escapará nesse processo. Apesar de todo o empenho (ou não) de quem está na posição de educar, não há como determinar a priori o que será aprendido. Lembramos aqui uma citação de Goethe, feita por Freud

(1930/2020): ‘O que herdaste de teus pais, adquiere-o para que o possuas’’. A mesma autora (Silva, 2020), em outro texto, enfatiza que a transmissão é sempre incerta e imprevisível e, exatamente por isso, singular e artesanal.

Diante dessa perspectiva, no âmbito da temática deste artigo, talvez a primeira semelhança entre as ocupações a ser destacada seja justamente o uso das redes sociais para a divulgação tanto para a comunidade interna quanto para a externa. No caso dos secundaristas, uma vez consolidada a permanência dentro da escola, os estudantes passavam a compartilhar suas experiências cotidianas no Facebook, a rede social mais popular à época, criando páginas para divulgar a ocupação, com o propósito de atuar “como registro da memória de uma experiência de luta” (Campos, Medeiros & Ribeiro, 2016, p. 88). O perfil da ocupação dos estudantes da Unicamp tem o mesmo objetivo, visto que na descrição lê-se: “Ocupação IMECC UNICAMP - arquivos da ocupação no IMECC 2023 – UNICAMP”, com um link referente à “Carta de Compromisso da Reitoria”, após as negociações e o fim da greve.

Também é preciso sublinhar que o traço de transmissão entre a ocupação dos secundaristas e dos alunos da Unicamp remonta ainda a outros acontecimentos. Em 2006, os estudantes secundaristas chilenos protagonizaram ações organizadas e protestos com ocupações em mais de 700 escolas, a fim de reivindicar modificações no sistema educacional chileno, marcadamente neoliberal. Esse movimento estudantil ficou conhecido como Revolução dos Pinguins, em referência ao uniforme das escolas no Chile. O movimento influenciou as mobilizações dos universitários chilenos em 2011 e os protestos estudantis realizados em outros países latino-americanos, como o Brasil, entre 2015 e 2016 (Vuono, Mineiro & Ramos, 2023).

A inspiração do movimento chileno nas ocupações dos secundaristas é explícita “a partir da tradução do manual de ocupação da Revolução dos Pinguins” (Campos, Medeiros & Ribeiro, 2016). No referido manual, preconiza-se a necessidade de assembleias para as tomadas de decisão, a organização de comissões para cada tema e tarefa, além da publicidade positiva sobre as ocupações, em contraposição à ideia de invasão e vandalismo. Todos esses elementos estavam presentes na ocupação do IMECC, na Unicamp.

A primeira postagem, feita em 7 de outubro de 2023, anuncia: “Vem de GT. Participe dos GTs da ocupação!”. Havia inicialmente oito GTs: acolhimento, alimentação, acadêmico, cultural, piquetes, comunicação,

segurança e limpeza. Em outra postagem, no mesmo dia, outro GT é anunciado: logística. Sobre esse GT, havia o seguinte comentário: “Eita que tá precisando comprar vinagre e achar uma extensão, chama o GT de logística. Me vê um colchão tb!! O GT de logística é aquele que resolve o problema dos GTs, nenhuma obstrução para a nossa ocupação!! Entre em contato”.

Em relação à publicidade positiva, há várias postagens enfatizando o cuidado com limpeza e alimentação. Como bem salientam Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 192), a respeito dos secundaristas, a “estratégia central no combate às campanhas de difamação era postar fotos de limpeza e organização nas ocupações”. No Instagram da ocupação do IMECC, em especial no dia 12 de outubro de 2023, uma série de imagens e vídeos enfatizava o cuidado. Havia referências ao bandeirão organizado internamente; uma sala com acústica apropriada para pessoas neurodiversas; colchões para todo mundo; jogos de tabuleiro e RPG (Role-Playing Game); e aula de discotagem. Na última imagem, lê-se: “OCUPAIMECC é a ocupação do cuidado, da comida, do respeito à diferença, acolhimento, cultura, vivência, lazer e do poder popular. Se eles acham isso violento, queremos perguntar o que é universidade para eles então”.

Ortellado (2016, p. 13), a respeito dos secundaristas, faz uma análise que pode ser estendida aos universitários que se mobilizaram na greve estudantil da Unicamp, ao destacar que eles “romperam o isolamento individualista do cotidiano escolar e criaram uma nova sociabilidade no processo de luta: uma sociabilidade baseada na corresponsabilidade, na horizontalidade dos processos decisórios e no cuidado com o patrimônio público”. E como muito bem sublinham Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 153), “diferentemente do que afirmaram alguns analistas, não se tratou de uma revolta contra a instituição da escola [ou contra a universidade, no caso da Unicamp], pelo contrário, é uma valorização dela como espaço de formação”. Nessa perspectiva, os alunos indicam, a partir do modo como fazem suas performances nas ocupações, aquilo que aspiram na/da universidade. Pelas palavras deles, em postagem no dia 12 de outubro de 2023: “Enquanto a reitoria não apresenta solução para as demandas críticas dos estudantes, vamos fazer do IMECC o espaço que sempre faltou nessa universidade. Essa ocupação é sintomática de uma falta de cuidado com a sobrevivência e a vivência dos estudantes. Parece que é a primeira vez que os estudantes são ‘bem-vindos’ no IMECC”.

Além dos traços implícitos da transmissão referente a ocupações dos

secundaristas de outrora, tanto no Brasil quanto no Chile, no movimento discente da Unicamp, há referências explícitas à memória de greves anteriores na mesma instituição. Em uma postagem do dia 16 de outubro de 2023, os alunos demonstram algumas lições aprendidas com a greve de 2016, que resultou na adoção das cotas étnico-raciais: “Conhecemos o histórico da reitoria: punir estudantes oprimidos, com foco nos negros e LGBTQIAPN+. Em 2016, foram muitos os casos de punição seletiva, identificações que se pautavam apenas pela cor da pele de estudantes ou identidade de gênero e sexualidade”. Em virtude disso, na ocupação do IMECC, “decidimos tampar as câmeras de segurança que vêm nos vigiando”.

Lajonquière (2013, p. 461), alinhado à discussão acerca dos impasses no campo da educação, a partir da perspectiva psicanalítica, insiste em sublinhar que há uma implicação perene da educação com a “transmissão, no campo da palavra e da linguagem, dos conhecimentos mais variados, bem como também do desejo inconsciente que nos humaniza”. Ao analisar essa questão, Silva (2020, p. 350) alerta que “não é possível pensar uma educação fora do laço sempre tenso e intenso entre os humanos”.

4 DO DESAMPARO ÀS LUTAS ROTULADAS DE IDENTITÁRIAS: POR UM BEM COMUM

Em “O mal-estar na cultura”, Freud (1930/2020) reflete sobre a situação de vulnerabilidade dos indivíduos e o consequente desamparo. Nesta obra, o autor também aponta o mal-estar originado nas relações interpessoais, reconhecendo que o convívio com o outro é uma das fontes mais dolorosas de sofrimento, uma vez que “não existe vínculo social ou pacto simbólico capaz de proteger o sujeito da ação destrutiva do outro” (2020, p. 131). Dito de outra forma, a destrutividade é uma constante nas interações humanas (Mograbi & Herzog, 2006; Campos & Silva, 2020). O desamparo, condição fundante e estruturante do sujeito, constitui-se elemento essencial para a formação dos laços sociais, especialmente diante do mal-estar que sempre nos ronda. Nesse contexto, o desamparo introduz o bebê humano em uma alienação primordial, condição que perpassa a constituição do sujeito em sua relação com o outro e com a sociedade.

O caráter alienante na própria estrutura do tornar-se sujeito impõe a necessidade da identificação para a constituição do eu mediada pela linguagem e, portanto, pela cultura. A falta estrutural é o preço a ser pago na entrada ao mundo da linguagem. Diante disso, “sem a possibilidade da completude imaginária, somos lançados à busca de nos identificarmos

com o outro no intuito de tentar encontrá-la” (Barros, 2024, p. 45). Essa é uma busca infinita, sempre fadada ao fracasso. Douglas Barros (2024), em seu livro “O que é identitarismo?”, alinhado à abordagem psicanalítica, parte da tese de que, diante do fracasso estrutural da busca pelo saber de si, a identidade é uma ilusão subjetivamente necessária e fundamental ao sujeito, contudo é impossível devido à falta de substancialidade e essencialidade de si. Eis o paradoxo da identidade: ao mesmo tempo, necessária e impossível. Nas palavras do autor, “a identidade é uma ilusão subjetivamente necessária porque, apesar de jamais a encontrarmos enquanto ponto de repouso, sempre a buscamos. Isso constitui nossa fantasia” (Barros, 2024, p. 46).

Esse paradoxo da identidade revela que, embora as identidades influenciem a experiência subjetiva, elas não são condições imutáveis ou essenciais. Nesse sentido, as identidades constituem mundos possíveis que organizam o sentido da ação do sujeito, que não pode ser concebido como uma entidade transparente. A ilusão da identidade não deve ser entendida como um erro, mas sim como um impulso profundamente produtivo oriundo de nossos desejos, que têm o poder de transformar a realidade. Nesse processo, a psicanálise, ao compreender a identidade como ilusória, realiza uma subversão do sujeito ao demonstrar os limites do eu, indicando que o sujeito não pode ser reduzido a sua própria representação de si. Em vez de alcançar uma identidade sólida e imutável, o sujeito que ingressa no campo da linguagem se distanciará radicalmente de qualquer concepção de unidade. A identidade, portanto, deve ser reconhecida como uma construção inacabada e em constante processo de desenvolvimento ao longo da vida social, o que demonstra sua relevância sociopolítica (Barros, 2024).

No título dessa seção, propositalmente, foi utilizado o termo “lutas rotuladas” de identitárias. Na atualidade, como analisa Alves (2020), não é incomum o uso do adjetivo “identitário” para criticar ou desqualificar problemáticas ligadas às lutas contra a opressão. “Tais atitudes, além de sectárias, revelam a dificuldade de associar essas lutas à crítica das premissas políticas e filosóficas do capitalismo, às formas com que se estabelece a hegemonia dos dominantes e o modo com o qual os subalternos são assimilados pela visão de mundo hegemônica” (Alves, 2020, p. 69). Aqui cabe uma breve diferenciação entre os termos “identidade” e “identitarismo”. Segundo Barros (2024, p. 25), “O identitarismo é o fechamento da identidade que reduz o outro a si através do estereótipo, da racialização e da exclusão da diferença”. A identidade pode ser entendida como uma

categoria relacional, isto é, ela emerge a partir das interações sociais e das dinâmicas de pertencimento e reconhecimento entre indivíduos e grupos. Em contraste, o identitarismo refere-se a um entendimento essencialista da identidade, no qual ela é concebida como algo fixo e imutável (Alves, 2020; 2022).

O identitarismo, como a gestão neoliberal das identidades, age de maneira a fragmentar e particularizar, ao mesmo tempo em que limita e controla as lutas identitárias, reduzindo-as a questões individuais, e não mais coletivas ou estruturais. Essa gestão neoliberal enfraquece a possibilidade de questionamento das estruturas de poder que perpetuam as desigualdades. Embora a luta por reconhecimento e visibilidade das identidades, tida como identitária, seja historicamente necessária, é crucial compreender as capturas ideológicas a que essas lutas podem estar sujeitas (Haider, 2019; Alves, 2022; Barros, 2024).

Este longo preâmbulo, nesta seção, é fundamental para a discussão das chamadas pautas identitárias no arcabouço das reivindicações dos alunos da Unicamp no contexto da greve estudantil. No Instagram, destacam-se as atividades e discussões na ocupação, as quais incluíam a presença de coletivos universitários de pessoas com deficiência, negros, indígenas, LGBTQIAPN+, além de apoiadores da sociedade civil. No dia 11 de outubro de 2023, há uma postagem sobre o “Calendário IMECC”, e duas iniciativas chamam a atenção: o “Cinegrudos”, descrito como uma atividade colaborativa entre coletivos da universidade, como o Núcleo de Consciência Trans, o Núcleo de Consciência Negra e o Coletivo Indígena e um coletivo da sociedade civil, o Coletivo Nação Nagô de Campinas; e a atividade descrita no calendário como Sarau Afropindorama - “a ideia é fazer uma ponte entre esses movimentos para fortalecer a nossa luta como pessoas racializadas e transgêneros”. É uma lição de interseccionalidade, afinal as organizações políticas monotemáticas podem centrar-se nos membros do grupo mais privilegiados, marginalizando aqueles cujas identidades os expõem a outras formas de subordinação (Crenshaw, 1989/2022; Haider, 2019).

Na descrição das atividades, é possível perceber que os marcadores sociais de raça/etnia e gênero não impõem espaços segregados. O espaço “comum” da ocupação é fluido, sem a necessidade de fixar as identidades. Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p.135), a respeito da ocupação dos secundaristas, assinala que, antes do movimento, os estudantes “se distribuíam em grupos por interesses pessoais e pela extensão e reprodução das divisões da sociedade para dentro da escola (gênero, idade, orientação

sexual etc.)". Todavia, a ocupação transforma essas relações e eles "passam a ver uns aos outros como pessoas com um interesse comum devido a uma mesma situação social compartilhada – a de ser estudante da rede pública", o que não apaga suas identidades, mas "revela a possibilidade de outra forma de organização social antes não imaginada" (2016, p.135). Essa fluidez é uma aposta em um horizonte comum possível a partir do pertencimento a uma coletividade contra uma estrutura social opressora. Nessas práticas de construção de alianças, buscam-se nexos de igualdade entre os diferentes, com a possibilidade de laços de identificação entre grupos heterogêneos na luta comum contra as opressões e explorações (Haider, 2019; Alves, 2022).

Outra postagem referente à ocupação no Instagram, no dia 22 de outubro de 2023, chama a atenção ao mostrar, através de imagens e vídeos, a construção de uma rampa dobrável para que alunos com cadeira de rodas pudessem acessar o prédio do IMECC. A diretoria do instituto desligou o elevador após a ocupação, e, com isso, só restaram as escadas. Segundo os alunos: "Es estudantes perceberam que era hora de fazer por conta própria o que não foi feito há séculos. A rampa dobrável vai receber a próxima turma de alunos PCD! Nunca mais sem nós".

O que introduz o sujeito na ordem simbólica é a necessidade de reagir ao desamparo estrutural e à experiência de angústia (Mograbi & Herzog, 2006; Campos & Silva, 2020). O desamparo e a angústia não apenas criam vínculos ao transformar a abertura ao outro em uma demanda por amparo, mas também ao promover a despossessão e a absorção de contingências. Estar desamparado significa permitir-se ser atravessado por afetos que desconstroem os atributos que definem a identidade. Isso nos confronta com uma impotência que, paradoxalmente, expressa o colapso das potências responsáveis pela repetição de atos e agentes. Assim, um corpo político forjado no desamparo se caracteriza pela contínua despossessão e pela desidentificação, sem uma unidade estável ou uma identidade comum. Esse corpo é permeado por antagonismos e contingências que desafiam as normatividades e impulsionam novas formas a partir de situações imprevisíveis (Safatle, 2016).

Safatle (2016), em seu livro "O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo", retoma Kafka para pensar o processo de construção de corpos políticos e circuitos de afeto que nos individualizam e nos implicam. Tradicionalmente, uma sociedade é vista como um sistema de normas e valores que organiza comportamentos e interações, entretanto nós nos deparamos com contradições entre as ações concretas

e as promessas de racionalidade contidas nas normas intersubjetivas aceitas. Complexifica-se ainda mais essa visão ao se considerarem os conflitos entre normas explícitas e implícitas, entre o que é dito e o que opera em silêncio. Em seu nível mais profundo, as sociedades podem ser analisadas (e isso inclui as universidades) não apenas como sistemas de normas, mas também como circuitos de afetos. Essa perspectiva exige um novo modo de fazer crítica que não se limita a contrastar normas e fatos, mas que examina os regimes de afeto que estruturam nossas relações, desejos e possibilidades de existência (Safatle, 2016).

É fundamental reconhecer que, a fim de analisar a ocupação estudantil na Unicamp, em 2023, em relação ao seu disparador (o ato violento de um docente) e a suas reivindicações e conquistas, faz-se necessário incluir uma discussão a respeito dos afetos que atravessam esse acontecimento. Freud recusa a visão de sujeitos como meros calculadores racionais ou maximizadores de utilidade. Ele prefere explorar como as crenças, desejos e interesses são moldados por circuitos de afetos que justificam a adesão às normas e comportamentos. Além disso, sua abordagem também busca compreender como certos afetos são utilizados para bloquear expectativas de emancipação (Safatle, 2016). Nesse contexto, Freud (1930/2020) enfatiza que os afetos não são apenas respostas individuais, mas parte de um processo maior em que o *socius* está intrinsecamente ligado ao “eu”. A capacidade de ser afetado, nesse sentido, é tanto um alicerce da vida psíquica quanto da sociabilidade.

Acredita-se, com frequência, que uma teoria dos afetos tenha pouco a oferecer para esclarecer os desafios dos vínculos sociopolíticos, principalmente no que tange àqueles que historicamente foram excluídos. Isso se dá porque, geralmente, os afetos são entendidos como uma dimensão exclusiva da vida individual, enquanto a análise dos problemas relacionados aos vínculos sociais seria tarefa de uma perspectiva estrutural voltada para descrever o funcionamento das sociedades e seus valores. Nesse sentido, os afetos seriam associados a sistemas pessoais de crenças e fantasias, distantes da lógica das regras e normas que estruturam a vida social. Essa separação não seria apenas prática, mas uma necessidade teórica, uma vez que a presença dos afetos no campo político seria vista como um obstáculo à conduta orientada por julgamentos racionais e universais, baseados na busca do argumento mais sólido (Safatle, 2016). Todavia, em sua obra, Safatle (2016) assinala que a maneira como os afetos se configuram tem implicações políticas significativas. Tanto a superação dos conflitos psíquicos quanto as possibilidades de experiências políticas

emancipatórias dependem da transformação desses circuitos de afeto. Essa mudança não se dá apenas pela racionalização, mas por uma reconfiguração da sensibilidade, algo que Freud (1930/2020) associa à política como uma produção contínua de circuitos afetivos.

É importante lembrar que o lema da ocupação estudantil de 2023, como apontam os alunos em uma postagem do dia 16 de outubro, é “transicionar, aldear, aquilombar e ocupar”, termos que enlaçam as reivindicações por políticas de cotas que objetivam o ingresso na universidade à imperiosa necessidade de ações voltadas à permanência e ao pertencimento. De acordo com a referida postagem, o lema tem como objetivo lutar para que a universidade pública seja “um espaço seguro, saudável, democrático, que abrigue o conjunto dos alunos, não negando suas diferenças, mas as abraçando e fazendo com que esse espaço seja para todos”. Como bem afirma Alves (2020, p. 61), “ocupar o lugar público e ser o portador das questões políticas implica ter a voz legitimada”.

Ennes e Marcon (2014), ao criticar os usos essencializadores e naturalizadores do termo “identidade”, sublinham que o pertencimento e a alteridade são fruto de processos relacionais. De acordo com os autores, a possibilidade de visibilidade política e teórica de novos sujeitos sociais, de novas demandas e novos direitos desestabilizou uma forma ordenada e tangível de compreensão do mundo. Diante disso, é relevante “pensar os processos identitários a partir de uma perspectiva situacional, relacional e contrastiva, na qual as disputas sociais ocupam um lugar central na constituição da ideia de diferenças e dos sentimentos de pertença” (Ennes, Marcon, 2014, p. 286). Esses “novos sujeitos sociais”, no caso específico das reivindicações estudantis na Unicamp, apontam que alguns corpos, que muito recentemente entraram no ambiente acadêmico a partir das políticas de ações afirmativas, tensionam, geram conflito e estabelecem novos circuitos de afetos. Tais corpos rompem a lógica de atribuições genéricas, essencialistas a partir de um suposto ideal normativo universal. No caso da raça e do gênero, por exemplo, a identidade branca masculina sempre foi consagrada com o “status de neutra, geral e universal” (Haider, 2019, p. 47).

Cabe ainda sublinhar que é recorrente no ensino superior (mas não só), a partir de uma racionalidade neoliberal, o discurso acerca da imperiosa necessidade de se utilizarem metodologias ativas de aprendizagem, práticas consideradas inovadoras, o que tornaria o aluno supostamente ativo, autônomo, empreendedor e competitivo (Leal & Sales, 2021). Todavia, quando efetivamente os alunos se tornam protagonistas, como

no caso de uma greve estudantil, e, mais ainda, quando utilizam a tática da ocupação, a gestão universitária repudia o ato. Dessa forma, observa-se que o almejado protagonismo estudantil é uma falácia. De acordo com Macedo (2015, p. 904), o aparente foco nos alunos e em sua pretensa autonomia “não fala a sujeitos concretos, ela projeta seres humanos genéricos, iguais”, “em oposição à sujeira do chão da escola” (Macedo, 2015, p. 903). Pois bem, esse engodo é percebido pelos alunos, ao afirmarem seu protagonismo e se organizarem em uma ocupação.

No Instagram, em uma postagem do dia 16 de outubro de 2023, os alunos enfatizam que é “uma contradição histórica utilizar as conquistas das cotas étnico-raciais para alegar bons índices de diversidade na composição da comunidade acadêmica em eventos corporativos, enquanto, ao mesmo tempo, se criminaliza e deslegitima os mecanismos que as estabeleceram”.

Na mesma postagem, os alunos sublinham que “greves e ocupações são legítimas, uma vez que representam mecanismos democráticos fundamentais e eficazes para conquistar direitos, interromper exploração e abuso”. Além disso, são “locomotivas de mudanças estruturais”. Lembram ainda que, na Unicamp, “há 50 anos, os espaços e a demografia da universidade eram muito diferentes antes de suas greves e ocupações”.

Em reação a essa postagem, houve uma discussão nos comentários, depois que um usuário escreveu: “Greve de estudantes não existe, é ILEGAL!!!”. Em outro comentário, o mesmo usuário argumenta que greve, de acordo com a lei, seria “suspensão coletiva total ou parcial de prestação de serviços a empregador”, o que não seria compatível com os alunos, “os receptores da prestação de serviço”. Essa situação mostra que houve dissensos e discordâncias no processo da greve e da ocupação, mesmo entre os alunos. Mais uma vez, destaca-se que o conflito, nas interações humanas, é estrutural, diferentemente do ato violento do docente que transforma o mal-estar em confronto.

Silva (2020, p. 345) retoma o famoso aforismo lacaniano “não há relação sexual” justamente para indicar a impossibilidade de uma relação entre humanos completa, perfeita, ideal ou adequada, visto que “toda tentativa de ligação entre o campo do sujeito e do Outro comporta um fracasso estrutural” ou, dito de outro modo, um “impossível radical”, como nomeia Jorge (1988, p. 160). Contudo, como bem aponta Voltolini (2021, p. 25; grifo do autor), “‘impossível’ não quer dizer ‘inexequível’, apontando, antes, para um *inalcançável* estrutural”.

Para finalizar, destaca-se uma postagem do dia 22 de outubro de 2023,

após o fim das negociações com a reitoria, com a imagem da primeira página do acordo firmado pela gestão universitária, um documento intitulado “Compromissos entre Movimento Estudantil e Reitoria da Unicamp, 20/10/2023”. Na imagem, a primeira frase do documento tem uma cor de realce, qual seja: “Considerando: 1) a legitimidade da greve discente, das manifestações pacíficas e dos princípios que informam a pauta de reivindicações”. A respeito desse trecho, na mesma imagem, aparece o seguinte comentário, também em destaque: “Como é gostoso ler essa primeira linha depois de ter visto comentário falando que greve discente não é legítima. Ai que queimaram a língua com o reconhecimento e as vitórias”. Ironias à parte, o mal-estar persiste mediado pela palavra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito psíquico desempenha um papel central na teoria psicanalítica, sendo considerado um elemento constitutivo da condição humana, que não pode ser compreendido como fase temporária a ser superada em determinado período; remete a uma dialética do inconsciente, em que a relação com a alteridade desempenha um papel primordial; é um processo contínuo, que não desaparece com o tempo. Assim, os conflitos psíquicos não são transitórios, mas sim permanentes, constituindo-se como um aspecto fundamental da dinâmica psíquica. Em contraste, o confronto se associa à aniquilação do outro. Destaca-se que o deslocamento do conflito para o confronto representa uma passagem de um estado de pactuação social para uma lógica marcada pelo uso da força contra o outro; uma ameaça à ética da palavra e uma problemática central nas atuais dinâmicas sociais, marcadamente influenciadas pela racionalidade neoliberal, que se caracteriza por uma lógica que resiste a formas coletivas de sociabilidade alternativas ao individualismo, em favor do comum.

Diante dessa perspectiva, indagamo-nos: que resistências possíveis à lógica da guerra e do confronto podem ser desenvolvidas? Este artigo buscou analisar a experiência de uma ocupação estudantil na Unicamp, no contexto de uma greve deflagrada justamente após um ato violento de um docente, que subverteu a função política da palavra. A tática da ocupação exigiu dos participantes não apenas a convivência com opiniões divergentes em relações horizontalizadas, mas também a realização de assembleias e o exercício contínuo de compreensão, argumentação e a busca de alternativas na direção do comum. Foi um processo desafiador, com muitos consensos e dissensos em um tempo histórico marcado pela

inclusão e pela emergência de novas vozes no ensino público superior. Frutos das políticas de ações afirmativas, os universitários da atualidade colocam na agenda política novas questões e novas demandas, denunciam opressões a partir da experiência marcada pela constante luta contra as determinações de identidades fixas, totalizantes e reducionistas. Enfim, eles fazem um exercício de transmissão que enlaça estudantes de outrora e movimentos sociais.

As táticas e estratégicas, construídas coletivamente no horizonte das lutas pela visibilidade e pelo reconhecimento de grupos sociais historicamente negligenciados, possibilitam repensar os dispositivos de sustentação do bem comum a partir da dialética da palavra como meio de lidar com os conflitos. Certamente é uma aposta que tem valor civilizatório.

REFERÊNCIAS

- Alves, D. S. (2020). Capitalismo, sujeito moderno e corporativismo identitário. *Revista Marx e o Marxismo–Revista do NIEP-Marx*, 8(14).
- Alves, D. S. (2022). *Para além da identidade: da resistência à política*. Usina Editorial.
- Barros, D. (2024). *O que é identitarismo?* Boitempo.
- Campos, A. M., Medeiros, J., & Ribeiro, M. M. (2016). *Escolas de luta*. Editora Veneta.
- Campos, É. B. V., & Silva, A. N. da (2020). O desamparo como categoria afetiva fundamental do mal-estar na atualidade: um ensaio psicanalítico. *Revista de Psicologia da UNESP*, 19(1), 67-87. <https://doi.org/10.5935/1984-9044.20200006>
- Catini, C. de R., & Mello, G. M. de C. (2016). Escolas de luta, educação política e resistência estudantil em São Paulo e em Goiás. *Educação & Sociedade*, 37(137), 1177–1202. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166329>
- Comissão Permanente para os Vestibulares. (2018). Perfil socioeconômico dos inscritos e matriculados. UNICAMP. <https://www.comvest.unicamp.br/vestibulares-anteriores/vestibular-2018/>.

- Coutinho, L. G., & Andrade, C. B. (2017). O que as ocupações nos ensinam sobre a adolescência, o laço social e a educação? *ETD*, 19, 48-52. <https://doi.org/10.20396/etd.v19i0.8647736>
- Crenshaw, K. (2022). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics [1989].
- Ennes, M. A., & Marcon, F. (2014). Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, 16, 274-305.
- Freud, S. (2020). *Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos*. Autêntica Editora.
- Gomez, J. F. (2005). *Handicap, éthique et institution*. Dunod.
- Haider, A. (2019). *Armadilhas da identidade*. Veneta.
- Isidoro, G. A. V., & Dantas, A. S. R. (2021). Cotas raciais na UNICAMP: um estudo sobre a percepção do pertencimento racial dos estudantes. XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP. <https://proceedings.science/unicamp-pibic/pibic-2021/trabalhos/cotas-raciais-na-unicamp-um-estudo-sobre-percepcao-do-pertencimento-racial-dos-e?lang=pt-br>
- Jorge, M. A. C. (1988). *Sexo e discurso em Freud e Lacan*. Zahar.
- Lajonquière, L. de. (2013). As palavras e as condições da educação escolar. *Educação & Realidade*, 38(2), 455-469.
- Leal, R. E. G., & Sales, S. R. (2021). Metodologias ativas: efeitos de verdade acerca da inovação no ensino dentro da racionalidade neoliberal. *Eccos Revista Científica* (57), e10725. <https://doi.org/10.5585/eccos.n57.10725>
- Lima Junior, E. B., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O., & Schnekenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUNCAMP*, 20(44). <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>
- Macedo, E. (2015). Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? *Educação & Sociedade*, 36(133), 891-908. <https://www.scielo.br/j/es/a/MxBmvSrkJFgnFRrm5XsRWzgg/abstract/?lang=pt>

- Maia, R. P., Almeida, A. M. F., & Freitas Neto, J. A. (2022, 16 de março). Experiências com ações afirmativas: o caso da UNICAMP. *Nexo Jornal - Nexa Políticas Públicas*. <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2022/07/04/acoes-afirmativas-e-inclusao-social-na-UNICAMP>.
- Marietto, M. L., & Silva, C. M. C. (2018). Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 17(4), 2-17. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331259758002>
- Mograbi, D., & Herzog, R. (2006). Sob o signo da incerteza: autoridade simbólica e desamparo. *Estudos de Psicologia*, 11(2), 127-133. <https://www.scielo.br/j/epsic/a/9BHLf85CL6J8r7yrRt4pKfr/?lang=pt>
- Núcleo de Consciência Negra. (2023). O Núcleo de Consciência Negra e a luta pelas cotas étnico-raciais na UNICAMP. In A. C. Marcucci, J. Vilhas, J. H. C. Paulino, L. Copelotti Guedes, M. F. Chapini, M. da S. Lima, & W. P. Rosa. (Orgs.), *PorFiar: ações afirmativas e transformações na universidade* (pp. 40-55). Huya Editorial. <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1378673>
- Nunes, T. (2024, setembro 24). Em decisão histórica, UNICAMP adota cotas para pessoas com deficiência. *Jornal da UNICAMP*. <https://jornal.unicamp.br/noticias/2024/09/24/em-decisao-historica-unicamp-adota-cotas-para-estudantes-pcd>
- Ocupação Imecc. (2025, janeiro 30). *[Perfil de Instagram]*. Instagram. <https://www.instagram.com/ocupacaoimecc/>
- Ortellado, P. (2016). A primeira flor de junho. In A. M. Campos, J. Medeiros, & M. M. Ribeiro (Eds.), *Escolas de luta* (pp. 12-16). Veneta.
- Safatle, V. (2016). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Autêntica.
- Seta, R. (2024, setembro 27). Audiência pública: Cotas trans na UNICAMP. *Faculdade de Educação – UNICAMP*. <https://www.fe.unicamp.br/noticias/audiencia-publica-cotas-trans-na-unicamp>
- Silva, K. C. B. da (2016). *Educação inclusiva: para todos ou para cada um? Alguns paradoxos (in)convenientes*. FAPESP/Escuta.
- Silva, K. C. B. da (2020). Educação não é sinônimo de aprendizagem:

uma interlocução Educação, Psicanálise e Filosofia. *Tempo Psicanalítico*, 52(2), 337-356. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382020000200016

Universidade Estadual de Campinas. (2022). Deliberação CEPE-A-008/2022, de 07/06/2022. *Diário Oficial do Estado (D.O.E.)*, 11/06/2022, p. 91.

Universidade Estadual de Campinas. (2024). Deliberação CEPE-A-005/2024, de 07/05/2024. *Diário Oficial do Estado (D.O.E.)*, 13/05/2024.

Voltolini, R. (2021). *Crianças fora-de-série: psicanálise e educação inclusiva*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.

Vuono, G. D. D. de, Mineiro, P. F. S., & Ramos, J. C. F. (2023). Revolução dos Pinguins no Chile: contexto e repercussões do movimento secundarista de 2006. *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar*, 9(1), 66-88.